

Superior Tribunal de Justiça

AgInt nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1842597 - SC (2019/0302880-1)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : POLICANP REPRESENTAÇÕES S/C LTDA
ADVOGADOS : RENATA RIBEIRO BATELLI LADEIRA E OUTRO(S)
- SP262540
ANNE CAROLINE GASQUES SILVA - SP364388
LUIS AUGUSTO ROUX AZEVEDO - SP120528
AGRAVADO : CANGURU PLASTICOS LTDA
OUTRO NOME : CANGURU S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE
PRODUTOS PLÁSTICOS - EM RECUPERAÇÃO
JUDICIAL
ADVOGADOS : EVERALDO LUÍS RESTANHO - SC009195
TULLO CAVALLAZZI FILHO E OUTRO(S) -
SC009212
GABRIEL DE FARIAS GEHRES E OUTRO(S) -
SC034759
INTERES. : JORGE ZANATTA INVESTIMENTOS LTDA
INTERES. : JORGE ZANATTA ADMINISTRACAO DE BENS E
PARTICIPACOES LTDA
INTERES. : CANGURU AGROPECUARIA LTDA EM
RECUPERACAO JUDICIAL
OUTRO NOME : CANGURU AGROPECUÁRIA LTDA.
INTERES. : IMBRALIT INDUSTRIA E COMERCIO DE
ARTEFATOS E FIBROCIMENTO LTDA
INTERES. : DPMC FABRICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE
DESCARTÁVEIS PLÁSTICOS E MATERIAIS DE
CONSTRUÇÃO LTDA.
ADVOGADOS : TULLO CAVALLAZZI FILHO - SC009212
GABRIEL DE FARIAS GEHRES E OUTRO(S) -
SC034759

EMENTA

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL – AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM – DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO RECLAMO DA PARTE ADVERSA.

INSURGÊNCIA RECURSAL DA REQUERENTE.

1. Nos termos do entendimento jurisprudencial adotado por esta Corte, é impositiva a condenação em honorários de sucumbência quando apresentada impugnação ao pedido de habilitação de crédito em sede de recuperação judicial ou falência, haja vista a litigiosidade da demanda.

2. A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça assentou o entendimento de que os honorários advocatícios só podem ser fixados com base na equidade de forma subsidiária, quando não for possível o arbitramento pela regra geral ou quando

Superior Tribunal de Justiça

inestimável ou irrisório o valor da causa (REsp 1746072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/02/2019, DJe 29/03/2019).

3. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi
Relator